

**JOSÉ LUIZ TEIXEIRA**

**ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS:  
CIDADANIA NO CANTEIRO DE OBRAS**

Florianópolis (SC)

2006

**JOSÉ LUIZ TEIXEIRA**

**ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS:  
CIDADANIA NO CANTEIRO DE OBRAS**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Metodologia da Educação a Distância, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial à conclusão da formação para o magistério superior, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Msc. Jucimara Roesler.

Florianópolis (SC)

2006

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO .....  | 01 |
| 1.1 Tema .....   | 02 |
| 1.2 Delimitação do tema.....                                   | 03 |
| 1.3 Formulação do problema.....                                | 03 |
| 1.4 Justificativa.....   | 03 |
| 1.5 Objetivos gerais.....                                      | 04 |
| 1.6 Objetivos específicos .....                                | 04 |
| 1.7 Metodologia.....   | 05 |
| 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....                                 | 06 |
| 2.1 Alfabetização e cidadania.....                             | 06 |
| 2.2 Histórico da alfabetização no Brasil .....                 | 08 |
| 2.3 O método Paulo Freire .....                                | 11 |
| 2.4 Alfabetização e a reforma do Estado .....                  | 13 |
| 3. TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL .....                     | 18 |
| 3.1 Experiências de alfabetização – sindicatos patronais ..... | 24 |
| 4. ATUAÇÃO DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES .....               | 26 |
| 4.1 O Projeto Escola Zé Peão.....                              | 27 |
| 5. PESQUISA DE CAMPO .....                                     | 31 |
| 6. POSSIBILIDADES DO ENSINO A DISTÂNCIA .....                  | 33 |
| 6.1 Tecnologias utilizadas no EAD.....                         | 35 |
| 6.2 A definição do público-alvo.....                           | 36 |
| 7. EXPERIÊNCIAS DE ALFABETIZAÇÃO COM O EAD .....               | 39 |
| 7.1 Etapas do processo de ensino-aprendizagem .....            | 41 |
| 7.2 Programa de Alfabetização Multimeios .....                 | 42 |
| 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                  | 45 |
| 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                            | 48 |

## 1. INTRODUÇÃO

A série histórica da taxa de analfabetismo no Brasil mostra uma tendência de queda nos últimos anos. Na média nacional, o analfabetismo declinou em quase 30%, entre 1993 e 2003. (IBGE, 2004)

O País ainda mantém uma taxa elevada de analfabetismo na sua população de 15 anos ou mais de idade, 11,4%, que o posiciona acima de países como Argentina (2,8%), Chile (4,3%), Colômbia (5,8%), Venezuela (7,0%), Paraguai (8,4%) e México (9,7%).

Entretanto, vale destacar que muitos dos países citados apresentam um elevado diferencial entre as taxas de analfabetismo de homens e mulheres. Na Jordânia, no Peru e na Bolívia, por exemplo, a taxa feminina de analfabetismo ultrapassa os 10 pontos percentuais em relação à masculina, sendo o Brasil um dos poucos países onde a taxa de analfabetismo entre as mulheres é inferior à dos homens (11,2% X 11,6%).

Por outro lado, a disparidade entre as taxas de analfabetismo dos estados brasileiros é bastante significativa. As taxas mais elevadas são encontradas nas nove Unidades da Federação da região Nordeste, que variam de 19,4%, no Sergipe, a 29,5% em Alagoas. Distrito Federal, Santa Catarina e Rio de Janeiro são os únicos estados que apresentam taxas inferiores a 5%. Um outro fator determinante na condição de alfabetização da população se refere à situação de domicílio. Embora a média da taxa de analfabetismo brasileira esteja em torno de 11%, nas áreas urbanas essa taxa é de 8,7%, enquanto nas áreas rurais pouco mais de ¼ da população se declara analfabeta - uma diferença de cerca de 17 pontos percentuais, observada principalmente na Região Nordeste (IBGE, 2005).

No ramo da construção civil, um dos mais importantes da economia brasileira, que representa sozinho cerca de 7% do PIB, as taxas de analfabetismo são muito elevadas. O setor, capaz de gerar até 5 milhões de postos de trabalho, diretos e indiretos, tornou-se um dos principais empregadores de mão-de-obra e absorve um grande contingente de trabalhadores mais pobres, que formam a base da pirâmide social urbana.

É, portanto, na construção civil que, além da pouca escolaridade, encontram-se elevados índices de acidentes de trabalho, altas taxas de informalidade, excessiva rotatividade da mão-de-obra e baixos salários, fatores que dificultam o pleno exercício da cidadania, do ponto de vista social, e a aplicação de novas tecnologias na execução das atividades do setor, do ponto de vista econômico.

Por várias razões, sindicatos patronais e de trabalhadores têm se empenhado em elaborar programas que visam reduzir os problemas apontados. Entre eles, destacam-se os programas de alfabetização nos canteiros de obra. Inicialmente foram implantados por algumas construtoras, décadas atrás, e hoje é item obrigatório nas convenções coletivas de trabalho, sendo uma das principais bandeiras de vários sindicatos de trabalhadores.

A alfabetização de adultos também está presente nas experiências mais recentes do ensino a distância no Brasil, promovidas por órgãos públicos, organizações não-governamentais e iniciativa privada. Está se transformando numa importante forma de transportar a educação a lugares onde os métodos tradicionais são aplicados com dificuldade, seja em regiões muito afastadas dos grandes centros, seja em zonas densamente povoadas, que apresentam maior dificuldade de locomoção. No caso da construção civil, o ensino a distância pode ser a saída para levar a educação aos operários, prejudicados pelo nomadismo da atividade e pela extensa e desgastante jornada de trabalho.

Algumas dessas experiências serão apresentadas nos próximos capítulos, bem como relatos dos próprios alfabetizados e propostas para incremento da iniciativa.

### **1.1 Tema**

Muitas construtoras brasileiras investem na alfabetização dos seus próprios empregados. Alguns sindicatos de trabalhadores já incluem em suas pautas de reivindicações a obrigatoriedade das construtoras de ministrar cursos de alfabetização. Com o auxílio dos sindicatos patronais deste ramo de atividade, as empresas montam salas de aula nos próprios locais de trabalho. Os resultados contribuem para a redução do índice de analfabetismo entre adultos e pode ser um importante caminho para aumentar o nível escolar do setor.

## **1.2 Delimitação do tema**

O tema será restrito ao processo de alfabetização de jovens e adultos que trabalham no ramo da construção civil brasileira, onde o índice de analfabetismo é extremamente elevado.

## **1.3 Formulação do problema**

A iniciativa das construtoras e de sindicatos patronais tem contribuído para a redução do analfabetismo neste ramo de atividade. O Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Rio de Janeiro (Sinduscon/RJ) iniciou o seu programa em 1990. Alfabetizou mais de dez mil pessoas em 15 anos de existência, ou cerca de 700 pessoas por ano, número pouco expressivo em relação à quantidade de trabalhadores empregados no setor. Em qual contexto se insere esta iniciativa e o que deveria ser feito para incrementar este processo de alfabetização, de forma a reduzir drasticamente os índices e, ao mesmo tempo, estimular o trabalhador recém-alfabetizado a prosseguir seus estudos?

## **1.4 Justificativa**

De acordo com dados do IBGE, a construção civil emprega hoje mais de 5 milhões de trabalhadores brasileiros, o que a caracteriza como importante fonte de empregos, principalmente para pessoas sem qualificação profissional. Por outro lado, é um dos setores onde o grau de informalidade é extremamente alto. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a quantidade de trabalhadores sem carteira assinada beira os 70%.

Diante deste quadro, é natural que o analfabetismo seja muito elevado nesta área. Geralmente, a busca pela sobrevivência empurra essas pessoas para um tipo de trabalho que não exige muita experiência ou alto grau de conhecimento. Satisfaz as necessidades mais emergenciais, mas, no médio prazo, provoca o aviltamento e a precarização do trabalho, ou o subemprego, gerado em boa parte pela ausência de meios para se informar.

Mas, para as construtoras, este quadro também não é favorável, pois implica em utilizar com um material humano com maiores dificuldades para assimilar novas

técnicas de trabalho ou entender normas de segurança cada vez mais rígidas, que podem refletir na qualidade da obra e gerar mais custos, provocados por perda de material, retrabalho etc.

Portanto, a alfabetização nos canteiros de obra tende a favorecer as partes envolvidas. Entretanto, apesar dos exemplos de cidadania demonstrados por construtoras e sindicatos, os resultados são modestos diante da gravidade do problema. E, mesmo após a alfabetização, ainda há pouco estímulo para que os trabalhadores prossigam nos estudos.

Este estudo se propõe a analisar a questão do analfabetismo no Brasil, o seu contexto histórico, apurar os resultados obtidos até o momento e propor soluções para que a alfabetização nos canteiros de obra seja mais consistente e ajude a reduzir drasticamente os índices de analfabetismo, contribuindo para transformar os trabalhadores em cidadãos plenos. Enfim, esperamos que este trabalho possa contribuir para que sindicatos patronais, de trabalhadores, entidades de classe e órgãos governamentais se sensibilizem com as propostas e sugestões apresentadas.

### **1.5 Objetivos gerais**

- Analisar o problema do analfabetismo no Brasil dentro de um contexto histórico e político;
- Mostrar uma radiografia do processo de alfabetização nos canteiros de obra nos grandes centros urbanos;
- Apresentar sugestões para aumentar a eficácia do processo, reduzindo drasticamente o problema nesse ramo de atividade.

### **1.6 Objetivos específicos**

- Apurar os resultados obtidos até o momento nas diversas experiências de alfabetização no País;
- Fazer um levantamento dos programas governamentais e de ONG's existentes para esta finalidade;
- Fazer um levantamento dos sindicatos patronais que desenvolvem programas desse tipo, bem como construtoras;

- Fazer um levantamento dos sindicatos de trabalhadores que procuram incluir a obrigatoriedade da alfabetização em suas reivindicações;
- Colher dados estatísticos em fontes como IBGE, DIEESE, SEADE e outros;
- Apresentar sugestões para que o trabalhador recém-alfabetizado encontre estímulo em prosseguir os estudos, para melhorar a própria formação;
- Apresentar sugestões para difusão do processo de alfabetização no setor.

### **1.7 Metodologia**

A pesquisa bibliográfica foi o ponto de partida para a realização do trabalho. O primeiro levantamento consistiu na coleta de dados objetivos relativos ao tema proposto, obtido em órgãos governamentais de pesquisa e estatística, entidades ligadas ao trabalho social, entidades relacionadas à construção civil e sindicatos patronais e de trabalhadores. O objetivo desta coleta foi interpretar as informações obtidas e traçar um panorama mais real possível do setor da construção civil e apontar as possíveis causas do problema.

A segunda etapa da pesquisa bibliográfica consistiu na busca de referências teóricas relacionadas a temas como cidadania, educação e ensino a distância para aprofundar a discussão sobre o analfabetismo no Brasil e apontar soluções. As consultas literárias ocorreram em livros, anais de congresso e artigos disponibilizados na internet.

A pesquisa de campo realizada é de natureza qualitativa. A fundamentação teórica obtida com a pesquisa bibliográfica ajudou a delinear o perfil do grupo de entrevistados. Foi escolhida uma construtora paulista que mantém uma sala de aula no canteiro de obra para alfabetização dos seus operários. Foi elaborado um questionário básico, na forma de perguntas abertas, destinado a colher dados pessoais, obter impressões pessoais sobre o curso de alfabetização que está sendo realizado, detectar o grau de interesse em prosseguir nos estudos, descobrir suas perspectivas profissionais e definir o grau de conhecimento da modalidade “ensino a distância”. O questionário foi aplicado individualmente, para evitar respostas induzidas por outros colegas.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 Alfabetização e cidadania

A relação entre o processo de alfabetização de adultos e o exercício da cidadania demanda uma reflexão: seria o ato educativo o principal instrumento para a disseminação dos direitos e deveres entre todos os cidadãos?

Freire (1993, p.25) comenta que “buscar a inteligência desta frase significa, de fato, indagar em torno dos limites da alfabetização como prática capaz de gerar nos alfabetizados a assunção da cidadania ou não”. É preciso lembrar que cidadão significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos do Estado e que cidadania tem que ver com a condição do cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão.

Para ele, a alfabetização de adultos é um capítulo da prática educativa. Sua preocupação maior gira em torno dos limites da prática educativa, que inclui a alfabetização. “A compreensão dos limites da prática educativa demanda indiscutivelmente a clareza política dos educadores com relação a seu projeto. Demanda que o educador assuma a politicidade de sua prática”.

“Que a alfabetização tem que ver com a identidade individual e de classe, que ela tem que ver com a formação da cidadania, tem. É preciso, porém, sabermos, primeiro, que ela não é alavanca de uma tal formação – ler e escrever não são suficientes para perfilar a plenitude da cidadania – segundo, é necessário que a tornemos e a façamos como um ato político, jamais como um que fazer neutro” (FREIRE, 1993).

Tonet (2005, p.8) observa que, na década de 1980, por influência de um conjunto de fatores, teóricos e práticos, muitos pensadores brasileiros identificados com a classe trabalhadora começaram a substituir a articulação entre educação e revolução por uma articulação entre educação e cidadania/democracia, constituinte da chamada via democrática para o socialismo. Passaram a falar em educação cidadã, em educação para a cidadania, em escola cidadã, dando por suposto que cidadania seria sinônimo de liberdade. O que significaria que, para as classes populares, lutar pela

cidadania não seria lutar por uma forma determinada de liberdade, nem sequer para a efetiva liberdade, mas pela liberdade, simplesmente (*tout court*).

Para Arroyo (apud), a educação deve estar articulada com a cidadania. Mas infelizmente, esta articulação se apóia sobre uma concepção errônea do que seja cidadania. Para ele, o equívoco fundamental da reflexão sobre a cidadania está em que esta é vista mais como uma concessão das classes dominantes do que uma conquista da classe trabalhadora. Segundo ele, mesmo quando se ressalta a relação existente entre os direitos do cidadão e os deveres do Estado, a cidadania aparece como um atendimento do Estado às demandas populares.

Esta forma de encarar a questão teria como resultado o falseamento da compreensão do processo real, pois atribuiria o papel ativo apenas ao Estado, enquanto a participação popular ou seria ocultada ou aparecia apenas como um entrave.

Segundo este autor, o que é preciso ressaltar é que, na construção da cidadania, o mais importante não é o atendimento das demandas, mas as formas sociais, organizativas, os processos políticos em que se inserem inúmeras mulheres, homens, jovens, associações, jornais e profissionais de educação (ibid, p.79). “Por este caminho nos aproximamos de uma possível redefinição da relação entre cidadania e educação. Há relação entre ambas? Há e muita, no sentido de que a luta pela cidadania, pelo legítimo, pelos direitos, é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão. A educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição”. (apud, p.79)

Em outro momento, ele diz que o equacionamento da relação entre cidadania e educação deveria começar pelo exame das teorias (da história, da sociedade, da política) que fundamentam esta relação. Segundo ele, estas teorias estão profundamente equivocadas. E conclui: “só uma visão crítica do progresso capitalista e de suas formas sofisticadas de exploração e embrutecimento nos permitirá equacionar devidamente os limites reais impostos por este progresso à participação e à cidadania e nos mostrará a utopia pedagógica (apud, p.69)”.

Arroyo (1986) não questiona a cidadania em si, mas as formas equivocadas de compreendê-la. E que, livre dos ditames impostos pelo Capital, a cidadania pode florescer plenamente, transformando todos os homens em cidadãos plenos, o que equivale dizer, a homens plenamente livres.

O ato educativo, portanto, não é o único instrumento para formação da cidadania, da verdadeira cidadania, sem tutelas, mas pode contribuir decisivamente para a sua disseminação, desde que seja reconhecido como um ato político de quem o pratica. Freire (1979, p.15) afirma que o processo de alfabetização política – como o processo lingüístico – pode ser uma prática para a “domesticação dos homens”, ou uma prática para a sua libertação. No primeiro caso, a prática da conscientização não é possível em absoluto. No segundo caso, o processo é, em si mesmo, conscientização. Daí uma ação desumanizante, de um lado, e um esforço de humanização, do outro.

“Para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar (ou melhor, dito: a quem queremos ajudar a educar-se). Faltando uma tal reflexão sobre o homem, corre-se o risco de adotar métodos educativos e maneiras de atuar que reduzem o homem à condição de objeto”.

“Assim, a vocação do homem é a de ser sujeito, e não objeto. Pela ausência de uma análise do meio cultural, corre-se o perigo de realizar uma educação pré-fabricada, portanto, inoperante, que não está adaptada ao homem concreto a que se destina”. (ibid, p.19)

## **2.2 Histórico da alfabetização no Brasil**

Ribeiro (1997, p.19-35) faz um breve histórico da educação de jovens e adultos no Brasil o qual será apresentado a seguir:

Para a autora, a educação básica de adultos passou a ocupar o seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Nesse período, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. A oferta de ensino

básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos. A ampliação da educação elementar foi impulsionada pelo governo federal, que traçava diretrizes educacionais para todo o país, determinando as responsabilidades dos estados e municípios.

Com o fim da ditadura de Vargas em 1945, o país vivia a efervescência política da redemocratização. Era urgente a necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo central, integrar as massas populacionais de imigração recente e também incrementar a produção.

Nesse período, a educação de adultos define a sua identidade, tomando a forma de uma campanha nacional de massa: a Campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947. Nos primeiros anos, sob a direção do professor Lourenço Filho, a campanha conseguiu resultados significativos, articulando e ampliando os serviços já existentes e estendendo-os às diversas regiões do país.

Num curto período de tempo, foram criadas várias escolas supletivas, mobilizando esforços das diversas esferas administrativas de profissionais e de voluntários. O clima de entusiasmo começou a diminuir na década de 50; iniciativas voltadas à ação comunitária em zonas rurais não tiveram o mesmo sucesso e a campanha se extinguiu antes do final da década. Ainda assim, sobreviveu a rede de ensino supletivo por meio dela implantada, assumida pelos estados e municípios.

A confiança na capacidade de aprendizagem dos adultos e a difusão de um método de ensino de leitura para adultos, conhecido como Laubach, inspiraram a iniciativa do Ministério da Educação de produzir pela primeira vez, por ocasião da Campanha de 47, material didático específico para o ensino da leitura e da escrita para os adultos.

No final da década de 50, as críticas à Campanha de Educação de Adultos dirigiam-se tanto às suas deficiências administrativas e financeiras quanto à sua orientação pedagógica. Denunciava-se o caráter superficial do aprendizado que se efetivava no curto período da alfabetização, a inadequação do método para a população adulta e para as diferentes regiões do país. Todas essas críticas convergiram para uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e para a

consolidação de um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos, cuja referência principal foi o educador pernambucano Paulo Freire.

Em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo Brasil de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. A preparação do plano, com forte engajamento de estudantes, sindicatos e diversos grupos estimulados pela efervescência política da época, seria interrompida alguns meses depois pelo golpe militar.

Durante a ditadura, os programas de alfabetização e educação popular que se haviam multiplicado no período entre 1961 e 1964 foram vistos como uma grave ameaça à ordem e seus promotores duramente reprimidos. O governo só permitiu a realização de programas de alfabetização de adultos assistencialistas e conservadores, até que, em 1967, ele mesmo assumiu o controle dessa atividade lançando o Mobral — Movimento Brasileiro de Alfabetização. Era a resposta do regime militar à ainda grave situação do analfabetismo no país. O Mobral constituiu-se como organização autônoma em relação ao Ministério da Educação, contando com um volume significativo de recursos. Em 1969, lançou-se numa Campanha massiva de alfabetização.

Durante a década de 70, o Mobral expandiu-se por todo o território nacional, diversificando sua atuação. Das iniciativas que derivaram do Programa de Alfabetização, a mais importante foi o PEI — Programa de Educação Integrada, que correspondia a uma condensação do antigo curso primário. Este programa abria a possibilidade de continuidade de estudos para os recém-alfabetizados, assim como para os chamados analfabetos funcionais, pessoas que dominavam precariamente a leitura e a escrita.

Paralelamente, grupos dedicados à educação popular continuaram a realizar experiências pequenas e isoladas de alfabetização de adultos com propostas mais críticas, desenvolvendo os postulados de Paulo Freire. Essas experiências eram vinculadas aos movimentos populares que se organizavam em oposição à ditadura, comunidades religiosas de base, associações de moradores e oposições sindicais.

Com a emergência dos movimentos sociais e o início da abertura política na década de 80, essas pequenas experiências foram se ampliando, construindo canais de trocas de experiência, reflexão e articulação. Projetos de alfabetização se desdobraram

em turmas de pós-alfabetização, onde se avançava no trabalho com a língua escrita, além das operações matemáticas básicas.

Desacreditado nos meios políticos e educacionais, o Mobral foi extinto em 1985. Seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que abriu mão de executar diretamente os programas, passando a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas de governos, entidades civis e empresas a ela conveniadas.

Nesse período de reconstrução democrática, muitas experiências de alfabetização ganharam consistência, desenvolvendo os postulados e enriquecendo o modelo da alfabetização conscientizadora dos anos 60.

A alfabetização é crescentemente incorporada a programas mais extensivos de educação básica de jovens e adultos.

### **2.3 O método Paulo Freire**

Ribeiro (1997, p.22) aponta que o paradigma pedagógico em que se construiu o método do educador Paulo Freire baseava-se num novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social. Antes apontado como causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passou a ser interpretado como efeito da situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária. Era preciso, portanto, que o processo educativo interferisse na estrutura social que produzia o analfabetismo. A alfabetização e a educação de base de adultos deveriam partir sempre de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los.

Além dessa dimensão social e política, os ideais pedagógicos que se difundiam tinham um forte componente ético, implicando em um profundo comprometimento do educador com os educandos. Os analfabetos deveriam ser reconhecidos como homens e mulheres produtivos, que possuíam uma cultura. Dessa perspectiva, Paulo Freire criticou a chamada educação bancária, que considerava o analfabeto pária e ignorante, uma espécie de gaveta vazia onde o educador deveria depositar conhecimento. Tomando o educando como sujeito de sua aprendizagem, Freire propunha uma ação educativa que não negasse sua cultura, mas que a fosse transformando através do diálogo. Na época, ele referia-se a uma consciência ingênua

ou intransitiva, herança de uma sociedade fechada, agrária e oligárquica, que deveria ser transformada em consciência crítica, necessária ao engajamento ativo no desenvolvimento político e econômico da nação.

Paulo Freire elaborou uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, cujo princípio básico pode ser traduzido numa frase sua que ficou célebre: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Prescindindo da utilização de cartilhas, desenvolveu um conjunto de procedimentos pedagógicos que ficou conhecido como método Paulo Freire.

Ele previa uma etapa preparatória, quando o alfabetizador deveria fazer uma pesquisa sobre a realidade existencial do grupo junto ao qual iria atuar. Concomitantemente, fazia um levantamento de seu universo vocabular, ou seja, das palavras utilizadas pelo grupo para expressar essa realidade. Desse universo, o alfabetizador deveria selecionar as palavras com maior densidade de sentido, que expressassem as situações existenciais mais importantes. Depois, era necessário selecionar um conjunto que contivesse os diversos padrões silábicos da língua e organizá-lo segundo o grau de complexidade desses padrões. Essas seriam as palavras geradoras, a partir das quais se realizaria tanto o estudo da escrita e leitura como o da realidade.

O objetivo era antes mesmo de iniciar o aprendizado da escrita, levar o educando a assumir-se como sujeito de sua aprendizagem. Os materiais didáticos produzidos nesse período referiam-se à realidade imediata dos adultos, problematizando-a.

Antes de entrar no estudo dessas palavras geradoras, Paulo Freire propunha ainda um momento inicial em que o conteúdo do diálogo educativo girava em torno do conceito antropológico de cultura. Utilizando uma série de ilustrações (cartazes ou slides), o educador deveria dirigir uma discussão na qual fosse sendo evidenciado o papel ativo dos homens como produtores de cultura e as diferentes formas de cultura: a cultura letrada e a não letrada, o trabalho, a arte, a religião, os diferentes padrões de comportamento e a sociabilidade. O objetivo era, antes mesmo de iniciar o aprendizado da escrita, levar o educando a assumir-se como sujeito de sua aprendizagem, como ser

capaz e responsável. Tratava-se também de ultrapassar uma compreensão mágica da realidade e desmistificar a cultura letrada, na qual o educando estaria se iniciando.

Depois de cumprida essa etapa, iniciava-se o estudo das palavras geradoras, que também eram apresentadas junto com cartazes contendo imagens referentes às situações existenciais a elas relacionadas. Com cada gravura, desencadeava-se um debate em torno do tema e só então a palavra escrita era analisada em suas partes componentes: as sílabas. Enfim, era apresentado um quadro com as famílias silábicas com as quais os alfabetizandos deveriam montar novas palavras.

Com um elenco de dez a vinte palavras geradoras, acreditava-se conseguir alfabetizar um educando em três meses, ainda que num nível rudimentar. Numa etapa posterior, as palavras geradoras seriam substituídas por temas geradores, a partir dos quais os alfabetizandos aprofundariam a análise de seus problemas, preferencialmente já se engajando em atividades comunitárias ou associativas.

Nesse período, foram produzidos diversos materiais de alfabetização orientados por esses princípios. Normalmente elaborados regional ou localmente, procurando expressar o universo vivencial dos alfabetizandos, esses materiais continham palavras geradoras acompanhadas de imagens relacionadas a temas para debate, os quadros de descoberta com as sílabas derivadas das palavras, acrescidas de pequenas frases para leitura. O que caracterizava esses materiais era não apenas a referência à realidade imediata dos adultos, mas, principalmente, a intenção de problematizar essa realidade.

#### **2.4 Alfabetização e a reforma do Estado**

Ao assumir o governo em janeiro de 1994, o governo Fernando Henrique promoveu uma ampla reforma do Estado sob a ótica da globalização e do neoliberalismo, que implicou numa onda de privatizações, parcerias e terceirizações, reduzindo a presença do Estado no cotidiano das pessoas. O mesmo processo atingiu o setor educacional, que resultou na transferência gradativa das responsabilidades antes assumidas prioritariamente pelo Estado.

Como aponta Barreyro (2004), as experiências de educação e alfabetização de adultos no Brasil, desde meados do século XX, mostram o quanto a educação dos adultos demorou a ser incorporada como direito, com a Constituição de 1988, e que rapidamente as intenções de priorizar a erradicação do analfabetismo foram sepultadas pelas políticas de educação no final da década de 1990. A educação dos adultos foi excluída das matrículas contabilizadas para o financiamento e, portanto, das prioridades educacionais.

“Mas os compromissos internacionais levaram à necessidade de criar ações que atendessem à reversão das cifras alarmantes do país, quanto ao analfabetismo. A lógica de ajuste das políticas sociais e, especialmente, educacionais do governo Fernando Henrique Cardoso implicou na criação de uma alternativa baseada no menor custo. Os esforços governamentais visando à redução do analfabetismo, na formatação de um programa instalado na órbita social-assistencial do governo – a Comunidade Solidária –, e não na educacional, utilizando-se da figura da esposa do Presidente, que tinha uma trajetória profissional e acadêmica ligada a movimentos sociais, para mobilizar outras instâncias e instituições e, assim, fugir do modelo de instalação de uma rede de educação”. (BARREYRO, 2004)

O Programa Alfabetização Solidária implicou na implantação de um modelo de terceirização de políticas educacionais, e priorizou critérios de menor custo, empregabilidade temporária e filantropia. Também induziu subjetividades, diferentes daqueles que definem os analfabetos como sujeitos de direito.

“Assim, recuperou o discurso assistencialista da ajuda e a tutela por meio da adoção de adultos, definiu os seus alunos como atendidos e banalizou a figura do alfabetizador”, afirma Barreyro (2004, p.13)

Dentro desta lógica neoliberal, os empresários também se apresentaram como atores educativos na atualidade brasileira, sob a égide da responsabilidade social. Múltiplas iniciativas empresariais surgiram no setor educacional neste período.

Ao analisar a relação dos empresários com a educação, Rodrigues (1998) considera que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela inserção do empresariado brasileiro nos debates educacionais, visando uma maior modernização e qualificação profissional. Com a bandeira da universalização da educação básica, a burguesia industrial se apropria do discurso da classe trabalhadora, mas sem desenvolver ações que visem atender às demandas consideradas por esta classe.

Ainda neste período, o empresariado reivindicava sua participação ativa na definição das políticas educacionais e na gestão do ensino, buscando resultados imediatos.

Neste contexto, é lançado no Rio de Janeiro, em 1990, um projeto de alfabetização – Alfabetizar é construir – destinado a operários da construção civil, resultado da parceria entre o Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON-RIO), Fundação Roberto Marinho, Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e Serviço Social da Indústria (SESI), já desfeita.

O programa foi idealizado por um grupo de pedagogos e educadores, entre eles Paulo Freire, e apresentava uma metodologia própria para ensinar os operários da construção civil. Cerca de 10.000 operários da construção civil foram alfabetizados pelo programa desde 1990. Em 1997, com noventa salas de aula no Rio de Janeiro e dezoito sindicatos empresariais do País envolvidos em projetos semelhantes, o “Alfabetizar é Construir” recebeu do Ministério da Educação o prêmio Educação para a Qualidade do Trabalho.

“Este projeto tem por objetivo geral desenvolver um processo que possibilite ao trabalhador da construção civil ampliar os conhecimentos sobre a sua realidade: capacidade de compreender, criticar e argumentar; e a consciência sobre sua condição de cidadão que, como tal, tem direito a usufruir o produto do próprio trabalho e alcançar condições dignas de vida numa sociedade desigual como a nossa” (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 1992, p. 6-7).

A posse em 2003 do novo presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, gerou expectativas na sociedade civil em relação à possibilidade das políticas sociais receberem prioridade, sendo protegidas das restrições de investimento a que foram submetidas nos anos precedentes em virtude de compromissos econômicos externos determinados pelas instituições financeiras multilaterais.

Em janeiro desse ano, o Ministério da Educação anunciou que a alfabetização de jovens e adultos era uma prioridade da nova administração. Foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA), com a meta erradicar o analfabetismo durante o mandato de quatro anos, em ritmo mais acelerado que o estabelecido pelo Plano Nacional de Educação. Para cumprir essa meta, a SEEA lançou o Programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuiu financeiramente com órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino

superior e organizações sem fins lucrativos que desenvolvam ações de alfabetização. O Programa também compreende o incentivo à leitura e a difusão de livros para recém-alfabetizados.

O governo definiu o Brasil Alfabetizado como uma campanha plural, que acolhe toda sorte de iniciativas já em andamento e uma diversidade de metodologias de alfabetização. Portanto, alguns dos pilares erguidos na administração anterior ainda sustentam a política educacional brasileira, no tocante à alfabetização de jovens e adultos, mas percebe-se a participação crescente de vários segmentos sociais, que inclusive têm assento no Conselho Nacional de Alfabetização, que orienta os rumos futuros do Programa.

Embora o Orçamento da União de 2003 não tenha previsto recursos para um Programa da magnitude do Brasil Alfabetizado, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE alocou R\$ 271,5 milhões (cerca de US\$ 82 milhões) para o estabelecimento de convênios no âmbito deste Programa. O repasse de recursos da União foi de R\$ 15,00 (algo como US\$ 4.5) por aluno ao mês, e R\$ 80,00 (cerca de US\$ 25) para a formação de cada alfabetizador.

As organizações parceiras são responsáveis pela cessão das salas de aula, materiais didáticos, formação de educadores e alfabetização dos jovens e adultos cadastrados. Entre as organizações sociais já conveniadas estão incluídos o Serviço Social da Indústria (SESI), o Movimento de Educação de Base (MEB) da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As organizações da sociedade civil têm valorizado a disponibilidade para o diálogo do novo governo e sua decisão política de conferir importância para a educação de pessoas adultas, mas têm criticado a ausência de definições relativas ao financiamento do Programa, alertando sobre o risco de desarticulação das ações de alfabetização e educação de jovens e adultos alocadas em diferentes órgãos de governo. (DI PIERRO, 2005)

Nota-se também que o conceito de “Responsabilidade Social” do empresariado brasileiro, herdado da era FHC, ainda é atual, de acordo com o Projeto SESI por Um Brasil Alfabetizado - Sistema de Avaliação de Competências (2005, p.16):

A visão que a indústria brasileira mantém sobre os desafios para o desenvolvimento social do país acompanha a tendência fomentada pela UNESCO, e é clara ao afirmar que dentre os problemas brasileiros mais marcantes estão o grande número de pobres e as profundas desigualdades sociais, cada um deles devendo ser motivo de olhares (e remédios) específicos (CNI, 2002). A indústria nacional vem se envolvendo num movimento pela efetivação de suas ações com base na responsabilidade social, através da reformulação de suas relações com aqueles que, em última instância, criam as condições para sua própria sobrevivência, e se incluem de forma natural seus clientes e fornecedores, mas também seus empregados e, enfaticamente, o meio ambiente e a comunidade em que está inserida. (SESI/UNESCO, 2005, p.16)

Sendo o SESI um dos maiores representantes das intenções sociais do coletivo de empresários nacionais, vemos que o compromisso de alfabetizar não está mais restrito ao governo federal, mas sim à parceria deste com a indústria, que afinal de contas, irá absorver esta provável mão-de-obra melhor qualificada.

“Como representante maior das ações sociais promovidas pela indústria, o SESI, pautado no desenvolvimento de padrões que permitam às empresas alcançarem patamares satisfatórios de atuação com responsabilidade social, assumiu o compromisso de alfabetizar dois milhões de pessoas em quatro anos. Esse compromisso é parte essencial da agenda da indústria para o crescimento socioeconômico do país de um modo amplo, uma vez que os alfabetizados não se encontram, em sua grande maioria, em ambientes empresariais, mas principalmente em locais e comunidades específicas”.

Portanto, podemos entender que a indústria “abraçou” a causa da responsabilidade social, desonerando o Estado de tantas obrigações com as questões mais cruciais da sociedade brasileira, e assume o papel de agente das mudanças do sistema legal brasileiro, como afirma o projeto SESI.

“Como desafios que espera superar, a agenda da Indústria abrange a transformação dos gastos sociais em ações concretas, o aprimoramento do capital humano, o melhor uso dos recursos de qualquer natureza, o reforço à rede de proteções mínimas e a melhoria da qualidade do sistema legal brasileiro”.

### 3. TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Na distribuição dos trabalhadores com carteira assinada, com base na Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS), os trabalhadores estão distribuídos em Serviços (31,7%), Indústria da Transformação (18,1%), Comércio (17,3%), Construção Civil (3,5%), Serviços Industriais de Utilidade Pública (1,1%), Indústria Extrativa Mineral (0,4%) e Outros (Administração Pública, da Agropecuária, da Extrativa Vegetal, Caça e Pesca – 27,8%).

Entretanto, no quesito Escolaridade, constata-se que os trabalhadores da construção civil apresentam o grau de instrução mais baixo entre todos os setores pesquisados: 53,8% possuíam em 2004 o ensino fundamental incompleto (52,2%) ou eram analfabetos (1,6%). No quesito Rendimentos, Comércio e Construção Civil foram os setores com a maior proporção de remunerações médias de até 3 salários mínimos: 82,2% e 63,1%, respectivamente. (SESI, 2005).

Se, de acordo com os dados apresentados até aqui os indicadores sociais do setor da Construção Civil são preocupantes, a situação torna-se mais grave a partir dos índices de informalidade no setor. Em 2003, a distribuição dos postos de trabalho era de 30% com carteira assinada, 4% de proprietários e 66% na informalidade. O total de ocupados no setor representou 3,77 milhões de pessoas ou 5,6% do total de ocupados no país. As atividades formais possuíam uma produtividade cerca de 27% mais elevada que a do setor informal. Ou seja, enquanto o setor informal adicionava um valor de R\$ 24,6 mil por trabalhador, o setor formal adicionava R\$ 31,3 mil. (SINDUSCON, 2004).

Portanto, a excessiva informalidade tende a mascarar os indicadores sociais do setor levantados com base apenas nos aspectos formais do operário da construção civil. Em 1999, por exemplo, pesquisa realizada pelo DIEESE em seis regiões metropolitanas do Brasil (DIEESE, 2000) mostra a real dimensão do analfabetismo no setor. Considerando o total de trabalhadores ocupados, foram levantados os seguintes índices:

| <b>Regiões Metropolitanas</b> | <b>Idade Média</b> | <b>Taxa de analfabetismo</b> |
|-------------------------------|--------------------|------------------------------|
| Belo Horizonte/MG             | 36                 | 6,6%                         |
| Distrito Federal /DF          | 37                 | 10,1%                        |
| Porto Alegre/RS               | 38                 | 4,3%                         |
| Recife/PE                     | 35                 | 16,1%                        |
| SalvadorBA                    | 36                 | 9,2%                         |
| São Paulo/SP                  | 36                 | 12,7%                        |

Segundo a pesquisa, a construção civil empregava na época uma grande quantidade de migrantes. No Distrito Federal, 86,1% dos ocupados nasceram em outras localidades; em São Paulo, 76,4%. Apenas no Recife o percentual era menor, inferior a 50% do total dos ocupados na construção civil. O setor também se caracterizava pela alta rotatividade, sendo que em São Paulo, 53,8% dos empregados do ramo não haviam completado um ano na mesma empresa.

Em 2004, as 109 mil empresas de construção em atividade no País empregaram mais de 1,5 milhão de pessoas, pagaram um montante de R\$ 15,3 bilhões em salários e realizaram obras e serviços no valor de R\$ 94 bilhões de reais.

No que se refere à composição do emprego, embora mantendo a maior participação no total, as pequenas empresas perderam importância, passando de 54,0% para 47,5%, entre 2003 e 2004.

O setor da construção, intensivo em mão-de-obra, tem seu ciclo de crescimento normalmente associado ao aumento nos postos de trabalho. Em 2004, as 109 mil empresas da construção aumentaram em 6,3% o total de empregados e em 13,0% o total dos salários. Em relação à geração de empregos, as empresas de construção também reagiram positivamente ao crescimento da economia e, novamente, observa-se avanço das grandes e médias em relação às pequenas. O maior incremento foi verificado nas empresas médias, que passaram de 23,0% para 27,8% no total do pessoal ocupado; e responderam por 30,4% do pagamento dos salários, em 2004, contra 24,4%, em 2003.

O crescimento do emprego e da atividade das empresas de construção não foi acompanhado por mudanças significativas na sua distribuição regional. O Sudeste,

que concentra mais da metade tanto do emprego como do valor construído, passou de 50,9% para 51,2% no pessoal ocupado, e manteve estável sua participação no valor das construções executadas (de 55,9% para 55,5%). Melhor desempenho foi observado no Centro-Oeste, que, de uma participação nos totais do emprego e das construções executadas de 7,0% e 8,0% em 2003, passou para 7,8% e 8,6%, em 2004, respectivamente. Em menor medida, o Norte também mostrou avanço, ampliando, ligeiramente, sua participação no emprego (de 6,1% para 6,4%) e nas construções executadas (de 6,3% para 6,6%). O Nordeste praticamente não sofreu alteração no emprego (de 19,9% para 19,8%) e no valor construído (de 15,4% para 15,6%).

Ao contrário das demais regiões, no Sul, a participação tanto no emprego como no valor das construções executadas, diminuiu na passagem de 2003 para 2004, o pessoal ocupado recuou de 16,0% para 14,9%; e o total construído de 14,4% para 13,8%. (IBGE, 2004)

De acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o PIB do setor em 2005 foi de R\$ 126,2 bilhões; neste ano, o setor cresceu 1,35% e participou com 7,3% do PIB Nacional.

As décadas de 80 e 90 foram marcadas por profundas transformações no ramo da construção civil. De um lado, foram desenvolvidos programas de qualidade. Novas tecnologias passaram a ser utilizadas. Do outro, começaram a surgir os primeiros programas de alfabetização de operários nos canteiros de obra. Não se tratava de uma simples coincidência.

Segundo Cordeiro e Machado (2002), a modernização da Construção Civil com ênfase no âmbito da gestão da produção passou a exigir mais produtividade e qualidade do produto, principalmente visando à implantação de técnicas gerenciais mais modernas, incorporando princípios da nova filosofia da construção. Coffey (apud, 2000) ressalta que o comprometimento e o envolvimento dos trabalhadores são aspectos essenciais no gerenciamento dos recursos humanos. Saboy (apud, 1998) afirma que é extremamente importante a valorização da mão-de-obra, uma vez que é essa que tem a possibilidade de dar ou não a qualidade ao produto.

No Manual de Implantação do Programa “Construção da Cidadania” do Sinduscon-SP (2001), constam os seguintes objetivos gerais:

- a) Alfabetizar os trabalhadores da construção civil nos próprios canteiros de obras ou em outras instalações disponíveis próximas ao local de trabalho;
- b) Criar as condições básicas necessárias ao desenvolvimento do processo de profissionalização do trabalhador da construção civil e ao exercício pleno da cidadania;
- c) Facilitar a implantação de programas de qualidade, como ISO 9000, PBQP-H e Qualihab.

Como aponta Dotta (2005), o setor da construção civil nos anos 80, em particular o ramo habitacional, começou a viver uma de suas maiores crises, fazendo com que a competição entre as empresas aumentasse de modo significativo. Como alternativa para enfrentar a crise, as empresas construtoras começaram a analisar seu sistema de produção, visando à diminuição de custos, reduzindo desperdício, e aumentando a produtividade.

No entanto, as condições obtidas após o processo mostraram-se ainda insatisfatórias. As empresas, em regra, ainda denotavam características de um sistema precário, tais como: falta de organização e de integração entre projeto e execução, falhas de planejamento, condições inadequadas de segurança nos canteiros de obras e baixa capacitação dos operários.

A partir da metade dos anos 1980, o Estado tomou para si a responsabilidade de implantar um plano de ação para o desenvolvimento tecnológico do setor. Primeiramente, desenvolveu-se o programa denominado “Habitaré” criado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, através da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Em 1991, foram instituídos o Programa Nacional de Tecnologia da Habitação (PRONAT), do então Ministério de Ação Social, e o Programa de Difusão de Tecnologia para Construção de Baixo Custo (PROTECH), do Ministério do Bem-Estar Social, sucessor do antigo ministério.

Com a realização, em 1996, da Conferência Mundial Habitat II, o governo brasileiro assumiu compromisso de melhorar a qualidade do setor da construção civil.

Da assinatura de protocolos denominados de Carta de Istambul surgiu o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade na Construção Habitacional (PBQP-H), baseado no Programa QualiHab, desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, visando à melhoria da qualidade das habitações.

Com a criação do PBQP-H, o movimento pela qualidade na construção civil recebeu um grande impulso, concretizando o fato de que a sociedade contemporânea vive, mais do que nunca, a era da qualidade. Um dos projetos do PBQP-H é o Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços e Obras, que estabelece uma norma (regimento) denominado de SiQ-C ou SiQConstrutoras, certificando as empresas construtoras em diferentes níveis de qualificação.

Com a adesão ao PBQP-H dos agentes financeiros e de fomento (que atualmente destinam 65% dos recursos da poupança em financiamento imobiliário para a habitação), passou a ser exigida das empresas de serviços e obras a confirmação de adesão ao programa e sua evolutiva qualificação para concessões de crédito, seguindo as datas estabelecidas no Termo de Adesão de cada Estado da Federação ao programa.

#### OS DOZE PROJETOS DO PBQP-H

|          |  |
|----------|--|
| 1        | Estruturação e Gestão do PBQP-H  |
| 2        | Sistema Nacional de Aprovações Técnicas  |
| 3        | Apoio à Utilização de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos   |
| 4        | Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços e Obras  |
| 5        | Qualidade de Materiais e Componentes   |
| 6        | Sistema Nacional de Comunicação e Troca de Informações   |
| <b>7</b> | <b>Formação e Requalificação dos Profissionais da Construção Civil</b>   |
| 8        | Qualidade de Laboratórios  |
| 9        | Aperfeiçoamento da Normalização Técnica para a Habitação   |
| 10       | Assistência Técnica à Auto-Construção e ao Mutirão   |
| 11       | Cooperação Técnica Bilateral Brasil/França/BID para o PBQP-H   |
| 12       | Programa Regional: Desafios Sociais e Econômicos Ligados à Melhoria da Qualidade das Habitações no Mercosul e Chile (Fórum Mercosul da Qualidade e Produtividade na Construção Habitacional) |

Outra característica do setor, com prejuízos aos parâmetros de qualidade, é a quantidade de acidentes de trabalho. De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social (2005), ocorreram 28.987 acidentes de trabalho no setor de Construção, incluindo os típicos, de trajeto e originados por doenças do trabalho. Em termos proporcionais, representa 5,8% do total de acidentes no País. Ou 12,65% dos acidentes ocorridos na Indústria em Geral, superando a Extrativa Vegetal e os Serviços Industriais de Utilidade Pública.

A Construção Civil é, portanto, uma atividade com as piores condições de segurança do trabalho no Brasil. O próprio ambiente de trabalho é um dos principais fatores de risco para o seu trabalhador, cuja norma regulamentadora – NR-18 – estabelece condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção. Criada em 1977, esta norma fixa diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implantação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio-ambiente de trabalho na Indústria da Construção.

Outro fator de risco é o próprio perfil sócio-econômico do setor, como destaca Silveira et al (2005): instabilidade empregatícia; em época de crescimento do setor, são recrutados da zona rural ou dos estados mais pobres, sem nenhum treinamento específico e, portanto, sem qualificação profissional (apud BARROS JUNIOR et al, 1990). A baixa qualificação, a elevada rotatividade e o reduzido investimento por parte das empresas em treinamento e desenvolvimento costumam ser algo característico dessa indústria (apud ANDRADE e BASTOS, 1999).

Cordeiro e Machado (2002) apuraram em pesquisa com operários da construção civil do município de Feira de Santana (BA) que 3,98% dos operários entrevistados são analfabetos, enquanto que o percentual de operários que possuem 2º grau completo corresponde a apenas 1,96% dos pesquisados. “Entretanto, se for considerado o conceito de analfabeto funcional, esse número sobe para 33,34%, o que significa que um terço da mão-de-obra é incapaz de ler um procedimento de execução ou uma simples placa de segurança”.

### **3.1 Experiências de alfabetização – sindicatos patronais**

As primeiras iniciativas de alfabetização nos canteiros de obra surgiram por meio do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio). Em 1990, foi criado o Programa Alfabetizar é Construir. Segundo informações da instituição, foram alfabetizados até o momento cerca de 10 mil pessoas. Hoje integram o programa 20 construtoras, número que já chegou a 55 em anos anteriores.

Criado em 1991, o programa intitulado Construção da Cidadania, do Sinduscon-SP, pretende alertar o empresariado quanto a questão da responsabilidade empresarial do construtor como educador. Desde sua implantação, participaram do programa 122 empresas construtoras, um total de 5.441 alunos inscritos, sendo que, destes, 2.146 concluíram o curso, 3.195 desistiram e cerca de 200 ainda estão cursando.

Segundo o Sinduscon-SP, o alto índice de desistentes no programa deve-se a alta rotatividade dos funcionários nas construtoras, uma vez que muitos deles se mantêm longe das famílias, e quando surge a oportunidade, regressam para a terra natal.

O Sinduscon-PR, em parceria com o Sindicato das Escolas Particulares do Paraná (Sinepe) mantém o programa “Canteiro da Educação”. Atualmente três construtoras participam do projeto, com cerca de 60 alunos em processo de alfabetização. As aulas geralmente ocorrem no próprio canteiro de obras ou em uma escola próxima.

O projeto paraense “Alfabetização na Construção” é uma parceria entre Sinduscon-(PA), Serviço Social da Indústria (SESI-PA), Sociedade Educacional Ideal (SEI) e Clube de Engenharia do Pará (CEP).

Há também projetos de alfabetização nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Paraíba, frutos de acordos entre os sindicatos patronais e de trabalhadores. Entretanto, não há estatísticas confiáveis sobre tais projetos em nível nacional, nem pesquisas qualitativas ou quantitativas que poderiam indicar a eficácia dos programas implementados.

O que permanece comum aos sindicatos patronais da construção é o objetivo de promover uma proposta de inclusão social de acordo com a visão empresarial. Como observa Fernandes (2001), existe a possibilidade de proporcionar a

esse trabalhador a oportunidade de melhorar a sua qualificação profissional. Todavia, este crescimento individual subsidiará um crescimento da indústria da construção civil, na medida em que esta terá no seu quadro de pessoal, operários mais qualificados e mais esclarecidos, que levarão à otimização das relações de trabalho e, em consequência, maior motivação e produtividade, num período em que a palavra de ordem se concentra em eficiência, lucro, competitividade.

#### 4. ATUAÇÃO DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES

“Os Sindicatos ora convenientes se comprometem a conjugar esforços no sentido de obter convênios junto às autoridades públicas (Municipais, Estaduais ou Federais) ou privadas (SESI, SENAI e outros), visando a implantar nos canteiros de obras cursos de alfabetização, profissionalizante do ramo da construção civil e educação básica dos trabalhadores, comprometendo-se, especificamente, o Sindicato Patronal a conseguir locais adequados (principalmente iluminação e ventilação) para a implementação dos referidos programas.”

“Nos canteiros onde funcionam turmas de alfabetização, as empresas se comprometem a garantir, antes do início das aulas, o lanche previsto no “Termo de Cooperação” assinado entre o Sesi e as Empresas, Vinculado ao Programa de Alfabetização de Trabalhadores da Construção Civil”.

“Os trabalhadores que estejam participando do curso de alfabetização e educação básica, não serão transferidos para outros canteiros de obra no período de 06 (seis) meses após o início do curso, salvo se no outro canteiro houver sala de aula, ou nos casos de término de obra, a fim de prevenir evasão escolar.” (CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO: SINTRAINCON E SINDUSCON-PE. 2006).

O tema “Alfabetização nos canteiros de obras” está se tornando obrigatório nas negociações entre sindicatos da construção civil e sindicatos de trabalhadores, notadamente nos estados e regiões onde os índices de analfabetismo são mais elevados do que na média nacional. Assim, vamos encontrar cláusulas com itens relativos à educação básica do operário da construção civil em acordos coletivos em Pernambuco, Alagoas, Paraíba (João Pessoa), Minas Gerais (município de São João Del Rey), Rio de Janeiro e outros.

Os Sindicatos convenientes:  
CONSIDERANDO as exigências cada vez maiores da sociedade e do poder público por melhor qualidade das obras de Construção Civil;  
CONSIDERANDO o esforço das empresas de Construção Civil do Rio de Janeiro na implantação de programas de gestão e certificação de qualidade;

CONSIDERANDO que a qualificação do trabalhador de nível operacional é fundamental nesse processo;

CONSIDERANDO que a Educação Básica é hoje condição indispensável para que o trabalhador possa participar, como cidadão e como profissional, dos processos de reestruturação produtiva e desenvolvimento tecnológico das empresas;

CONSIDERANDO finalmente que, desde 1990, as empresas de Construção Civil vêm participando do programa “Alfabetizar é Construir”, desenvolvido pioneiramente pelo SINDUSCON-RIO, com o apoio do MEC, da Fundação Roberto Marinho e do SESI-RIO.

RESOLVEM instituir o “Programa de Aumento da Escolaridade do Trabalhador da Construção Civil do Rio de Janeiro”, a ser implementado pelas empresas em seus canteiros de obra, nas seguintes condições:

I - nos canteiros de obra com prazo previsto de 12 (doze) meses ou mais, onde um mínimo de 25 (vinte e cinco) trabalhadores se inscreva, as empresas instalarão uma sala de aula, onde disponibilizarão gratuitamente os programas “Alfabetizar é Construir” e o “Tele Curso 1º grau”;

II - as empresas poderão estabelecer normas próprias para o funcionamento do programa, visando estimular a participação e assiduidade do trabalhador;

**III - o SINDUSCON-RIO e o SINTRACONST-RIO, constituirão uma Comissão Paritária para negociar financiamento junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Ministério da Educação bem como para apoiar e acompanhar as empresas na implementação do programa. (CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO: SINTRACONST-RIO E SINDUSCON – RIO. 2005-2007)**

#### **4.1 O Projeto Escola Zé Peão**

A postura inédita do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de João Pessoa (SINTRACOM) ao implantar o Projeto Escola Zé Peão mudou o panorama do processo de alfabetização no setor ao romper com a estrutura de ação educativa “de cima para baixo”, isto é, implantada por iniciativa exclusiva dos empresários da construção civil. Trata-se de uma das experiências mais

significativas de alfabetização de operários nos canteiros de obra, realizada em parceria com o Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Direcionado para o operário da construção, o projeto teve início em 1990. O seu principal objetivo é contribuir para a modificação do quadro de exclusão escolar do Estado, que conta com alto índice de analfabetismo de adultos: 25,3% (IBGE, 2005).

Suas atividades pedagógicas estão atentas às transformações sociais, políticas e econômicas que compõem a dinâmica do cotidiano globalizado. Em 14 anos de existência, a Escola Zé Peão contribuiu para o processo de elevação do nível de escolaridade de mais de quatro mil trabalhadores e auxiliou na formação de cerca de 180 jovens universitários para o trabalho de educação com jovens e adultos, tendo como um de seus maiores desafios estabelecer parcerias com instituições que promovam apoio técnico, material e, em especial, financeiro.

Em 2005, o Projeto assistiu 180 operários-alunos, matriculados nas 8 salas de aulas instaladas em diversos canteiros de obra, provenientes de 25 municípios paraibanos. Até o final de 2006, o objetivo é ampliar a sua ação educativa, atendendo à demanda de cerca de 500 trabalhadores sem ou com baixa escolarização. Da mesma forma, pretende prosseguir com a formação de novos educadores populares de jovens e adultos, que encontram no Projeto um alicerce sólido de aprendizagem, além de reestruturar as suas iniciativas didático-pedagógicas através da modernização e atualização dos programas de apoio implantados, e da criação de outras frentes de aprendizagem como, por exemplo, o acesso à informática e às novas tecnologias de comunicação.

Em pequena escala, o Projeto atende a ainda outros trabalhadores residentes nas imediações dos canteiros de obra onde funcionam as salas de aula, de segunda a quinta-feira, de 19h00 às 21h00, São porteiros de condomínios residenciais, caseiros e empregadas domésticas que não tiveram acesso ao ensino regular e que podem aproveitar a oportunidade para retomar ou mesmo iniciar os seus estudos.

A ação educativa do Projeto transforma o universo cotidiano do operário-aluno em uma abordagem interdisciplinar que traz no desenvolvimento afetivo, cultural, social, político e intelectual do grupo as bases do seu programa de alfabetização.

Assim, pressupõe que a atividade educativa deva ser considerada em seus múltiplos desafios: o político-social (homens concretos lutando por uma vida melhor); o histórico (homens situados no seu tempo e espaço); e o pedagógico (utilização de metodologias e recursos adequados e coerentes).

O Projeto investe em uma metodologia própria, cujo teor está na compreensão do processo educativo como uma construção coletiva pautada nos elementos que norteiam e compõem a realidade dinâmica dos educandos. Assume o desafio de promover a escolarização, nos níveis de alfabetização e pós-alfabetização, desse segmento de trabalhadores e, com isso, oportunizar uma melhor qualificação para o campo de trabalho, o que repercute em maior garantia de manutenção de vínculo empregatício com a construção civil ou sua inserção posterior em outras atividades produtivas, além de promover a reorganização de suas relações familiares, agregando-lhes novos valores sócio-políticos e comportamentais.

Concebe a compreensão da educação/escolarização como pilar da sua ação intervencionista enquanto meio capaz de contribuir com o pleno desenvolvimento da pessoa humana e com a construção de uma cidadania ativa como participação na vida social, econômica, política e cultural da comunidade.

“Na maioria das nossas discussões, percebi a baixa auto-estima dos alunos, expressando descrédito na vida, no trabalho e até na família, como se nada fosse passível de mudanças. O meu trabalho consistia em instigar o verdadeiro desejo por transformações, pelo caminho da reflexão-crítica, tendo a consciência de que todos nós somos sujeitos da aprendizagem e como sujeitos podemos agir”.  
Quézia Vila Flôr Furtado, professora da Escola Zé Peão, no V Colóquio Internacional Paulo Freire, setembro de 2005.

A metodologia adotada pelo Projeto Escola Zé Peão tem como suporte os programas de alfabetização - Alfabetização na Primeira Laje (APL) e pós-alfabetização - Tijolo sobre Tijolo (TST), que são complementados por quatro programas de apoio já instalados. A Biblioteca Volante, que insere o operário-aluno no mundo escrito e, paralelamente, estimula o gosto pela leitura; a Oficina de Arte, que permite ao operário-aluno o conhecimento de outras linguagens e formas de expressão; o Programa de Atividades Culturais, que contribui para o desenvolvimento do aluno como ser social,

cultural e histórico, através de visitas a locais, eventos e sítios com valor sócio-cultural e histórico; o Varanda Vídeo, que leva para a sala de aula a magia da linguagem cinematográfica através da exibição de filmes, documentários e programas educativos que auxiliam na aprendizagem.

Em razão da grande procura pelas ações desse Programa e da Biblioteca Volante, planeja-se ampliar seus acervos e suas ações nas salas de aula no futuro. O quarto Programa, a produção do Jornal A Voz da Escola, versa sobre assuntos de interesses variados, que englobam temas a serem trabalhados em sala de aula, como informações de política, cultura, esportes, entretenimentos, dicas de saúde e informes jurídicos, entre outros.

Um quinto programa de apoio, a ser instalado como parte da proposta de ampliação do Projeto no ano de 2006, visa à inclusão digital dos alunos, educadores e dirigentes do SINTRICOM, compreendida como de fundamental importância para a atuação em uma sociedade em permanente e rápida transformação. Com a perspectiva de inclusão do programa de apoio direcionado para a inserção dos operários, educadores e direção do SINTRICOM - a maioria trabalhadora da construção com perfil de baixa escolarização – no mundo da informática, pretendem-se implantar na sede do SINTRICOM salas de aula equipadas com computadores e assistidas por um profissional qualificado.

Tendo suas atividades desenvolvidas em salas de aulas localizadas em canteiros de obras espalhados pela cidade, a Escola Zé Peão tem dedicado especial atenção à questão dos materiais didático-pedagógicos adequados ao trabalho educativo com jovens e adultos, criando e elaborando os seus próprios materiais e pesquisando e avaliando materiais produzidos por outras instituições e organizações preocupadas com a educação básica de jovens e adultos trabalhadores (SINTRICOM, 2005).

## 5. PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada no dia 12 de dezembro de 2006, no canteiro de obras da construtora Even, localizada na zona Sul de São Paulo. A obra é um conjunto de apartamentos de alto padrão. No local, trabalham 466 empregados, na maioria, terceirizados. A sala de aula fica no próprio empreendimento. O ensino também é terceirizado, sob responsabilidade da Consultoria Advento, que utiliza professores da rede estadual de ensino. De acordo com a área de Recursos Humanos da Empresa, a iniciativa atende ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade na Construção Habitacional (PBQP-H). São dezenove alunos no momento. Foram entrevistadas 14 pessoas.

“Estou adorando. Gostaria que (o curso) continuasse para seguir até onde puder. Ficaria estudando até por conta própria, mas se acontecesse no local de trabalho seria melhor. A falta de leitura atrapalha demais a busca de emprego. Já perdi vaga porque, na entrevista, não consegui ler uma placa de risco. Não soube ler”. Durvalino Bispo da Silva, 48 anos, carpinteiro, natural do interior da Bahia (ENTREVISTADO A).

O perfil típico do trabalhador do setor de construção se confirma nesta pesquisa. 93% são oriundos da região Nordeste, todos de municípios do Interior. 7% são da região Sudeste, também do Interior. Quanto à faixa etária, 43% têm entre 30 e 39 anos; 30%, entre 20 e 29; 21%, entre 40 e 49; e apenas 6% têm 50 anos ou mais. A alta rotatividade no emprego é outra característica: 50% têm até um ano de serviço; 30%, de 2 a 5 anos; de 6 anos em diante, apenas 20%.

O nomadismo também está presente. 36% moram em São Paulo no máximo há 5 anos. 14%, de 6 a 10 anos; 22%, de 11 a 15; 7%, de 16 a 20; 7%, de 21 a 25; e 26% correspondem a 14 anos ou mais na capital paulista.

Para 43%, o maior reflexo do analfabetismo é a dificuldade em arrumar emprego. Como Durvalino, muitos perderam vagas devido à falta de leitura. Genias Teixeira da Silva, 53 anos, carpinteiro, perdeu o cargo de encarregado por não saber ler

e escrever. 21% dos entrevistados notam que não há progresso na carreira. No dia-a-dia, a questão da cidadania prevalece: muitos apontam a dificuldade em pegar ônibus ou ler jornais como principais reflexos do analfabetismo.

100% dos entrevistados pretendem continuar os estudos. Apenas 30% esperam chegar à faculdade (o pernambucano João Barbosa de Lima, pedreiro, 35 anos, pretende cursar Direito). 21% se contentam em cursar até a 8ª série, 7% querem se especializar em informática. Os demais não têm planos definidos. A maior dificuldade é continuar a estudar por conta própria, isto é, numa escola de ensino regular. Questões como jornada de trabalho excessiva, cansaço no final do dia e troca constante de local de trabalho dificultam o acesso à escola. Dez alunos tiveram de deixar a sala de aula da Even porque foram realocados para outros empreendimentos. Mesmo assim, 42% afirmaram que estudariam por conta própria. Para 30%, o ideal é continuar estudando no próprio canteiro de obras.

Quanto aos planos para o futuro, a maioria das respostas aponta para o sonho da estabilização na vida. 42% pretendem ficar na mesma empresa ou no setor da construção civil. 7% desejam trabalhar como motorista particular. Apenas um quer se tornar advogado. 42% sonham em montar um negócio próprio – desses, 80% querem permanecer em São Paulo. Os demais 20% desejam voltar para a sua cidade natal ou para o seu estado de origem.

Em relação ao ensino a distância, 93% já ouviram falar da modalidade. Cursos por correspondência e aulas pela TV são os mais conhecidos. Dos entrevistados, 80% fariam cursos a distância. 21% já fizeram, estão fazendo ou conhecem alguém que faz; 6% não fariam de jeito nenhum. Apenas 14% dos entrevistados já tiveram algum contato com Informática.

A pesquisa, portanto, aponta para um problema que se reflete na continuidade do ensino. As principais conseqüências da terceirização, cada vez mais presente nos empreendimentos imobiliários, são a alta rotatividade da mão-de-obra e o nomadismo forçado, que transfere empregados de uma obra para outra, em regiões distintas dentro do município de São Paulo. Há casos de pessoas que deixaram o canteiro de obras, na zona Sul, e foram deslocados para a região Leste. Numa cidade

em que para vencer grandes distâncias é preciso se valer de um transporte precário e moroso, as transferências praticamente inviabilizam a continuidade do estudo ou até o processo de alfabetização, pois se torna inútil matricular-se em escolas próximas ao local de trabalho ou mesmo nas proximidades da moradia.

Entretanto, as respostas dos entrevistados também sugerem uma saída, tanto pra a alfabetização quanto para a requalificação profissional e para a continuidade no estudo: o ensino a distância, capaz de vencer as dificuldades de deslocamento e de falta de tempo, é aceito pela maioria dos entrevistados, e poderia ser a solução para minimizar os efeitos do nomadismo da profissão e das distâncias geográficas de uma metrópole.

A própria grandeza de uma cidade altamente urbanizada pode oferecer as condições objetivas para a implantação do ensino a distância a diversas categorias profissionais com características profissionais semelhantes à da construção civil.

Em São Paulo, por exemplo, as atividades comunitárias organizadas estão presentes em muitos bairros. Várias associações de moradores mantêm rádios comunitárias, que poderiam se engajar no processo educativo; as igrejas católicas das periferias estão inseridas no cotidiano das pessoas, organizando festas, cursos, passeios e outras atividades coletivas. Também poderiam contribuir para o aprendizado, inclusive com a cessão de voluntários, Há escolas estaduais e municipais que abrem nos finais de semana e poderiam ceder o espaço para aulas e provas presenciais; entidades sindicais como CUT e Força Sindical mantêm sub-sedes em vários bairros, assim como vários sindicatos. O Sindicato da Construção Civil (SINDUSCON-SP) poderia ser o agente catalisador desta tarefa, coordenando e fomentando a experiência.

## **6. POSSIBILIDADES DO ENSINO A DISTÂNCIA**

A EAD explora certas técnicas de ensino a distância, incluindo as hipermídias, as redes de comunicação interativas e todas as tecnologias intelectuais da cibercultura. Mas o essencial se encontra em um novo estilo de pedagogia que favorece ao mesmo tempo as aprendizagens personalizadas e

a aprendizagem coletiva em rede. Nesse contexto, o professor é incentivado a tornar-se um animador da inteligência coletiva de seus grupos de alunos em vez de um fornecedor direto de conhecimento. (LÉVY, 1999, p.158).

No Ensino a Distância (EAD) algumas características básicas são identificadas por Corrêa (2001, apud Oliveira, 2003, p.31): distância geográfica entre professor e aluno, emprego acentuado de recursos tecnológicos, produção de materiais pedagógicos e aprendizagem individual.

Com a evolução do processo de implantação de EAD, a essas características foram acrescentadas práticas colaborativas a partir das redes telemáticas existentes e momentos presenciais para resguardar os momentos de interação entre os sujeitos inseridos no processo. A aprendizagem colaborativa é considerada por Harasin (1989, apud Oliveira, 2003), como aquela que acontece quando duas ou mais pessoas trabalhando juntas constroem significados, exploram um determinado tópico ou melhoram habilidades.

Para Sartori e Roesler (2005), a EAD ampliou os seus espaços de atuação no cenário mundial por apresentar características diferenciadas da modalidade convencional de estudos, as quais são evidenciadas por contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento, diversificar a gestão da aprendizagem e ampliar espaços educacionais. Para as autoras, com essa modalidade é possível eliminar fronteiras, proporcionando acesso aos conteúdos escolares e promover a formação continuada de profissionais para atuar em uma sociedade de permanente mudança, além de integrar aspectos culturais, educacionais e de cidadania.

“A mediatização do processo de ensinar e aprender a identificou como uma modalidade educativa capaz de gerar e promover a aprendizagem dos adultos que se encontram distantes da organização provedora de ensino e que buscam por formação, ou seja, através de mediação humana e tecnológica estabelece-se a comunicação entre os agentes que estão envolvidos na prática educativa e na construção do conhecimento”. (SARTORI E ROESLER, 2005, p.26).

De acordo com Chermann e Bonini (2000, p.25), o Ensino a Distância procura fazer com que o aluno possa ter o livre arbítrio de escolher as informações que lhe servem e que possam ser utilizadas para a trajetória que escolheu. Ou seja: o EAD refere-se à prática educativa e ao processo de ensino-aprendizagem que faz com que o

aluno “aprenda a aprender”, a pensar, criar, inovar, construir seu conhecimento, participar ativamente de seu próprio crescimento.

Ainda para Chermann e Bonini, a utilização das tecnologias convencionais associadas às da informação e comunicação atuais como as redes telemáticas, podem proporcionar além dos estudos individuais atividades em grupo, através de métodos de orientação e tutoria à distância, encontros presenciais, seminários e grupos de estudo.

### **6.1 Tecnologias utilizadas no EAD**

“Em virtude do desenvolvimento tecnológico, da abrangência e do contingente de alunos atendidos, os modelos de EAD vêm suplantando a base da tutoria presencial e implementando níveis cada vez maiores de atendimento e suporte aos alunos por meio dos dispositivos comunicacionais existentes” (SARTORI E ROESLER, 2005).

As tecnologias da informação e comunicação reúnem diversos tipos de mídias que são utilizadas na EAD como: textos impressos, o rádio, a TV, a teleconferência, a videoconferência, o vídeo educativo, o CD-Rom e a Internet.

Mídia significa meio ou forma através da qual se transmitem informações utilizando recursos sonoros como voz, música, efeitos especiais, imagens estáticas como fotografias ou em movimento como nos vídeos ou desenhos animados, gráficos e textos incluindo, por exemplo, números e tabelas (FIALHO, 1997, apud Oliveira, 2003, p.36).

A ampla gama de recursos tecnológicos e a rapidez com que se avança neste campo possibilitam ao EAD elaborar desenhos pedagógicos que Sartori e Roesler classificam como cada vez mais complexos, que aos poucos deixam de se basear na entrega de materiais didáticos impressos e passa a incorporar propostas hipermidiáticas.

“A educação que a sociedade atual demanda está pautada na participação, na co-autoria, na aprendizagem baseada na construção de conhecimento em rede, pressupondo, portanto, competências comunicativas”. (SARTORI E ROESLER, 2005).

## 6.2 A definição do público-alvo

No Brasil e no mundo, segundo Rumble (apud Roesler et al. 2006), a Educação a Distância vem atendendo a demandas provenientes de diversos segmentos, tais como:

- egressos do ensino fundamental e médio por cursos superiores;
- adultos que procuram formação continuada;
- população geograficamente dispersa que não pode freqüentar o ensino regular;
- formação profissional de nível técnico e especialização;
- educação corporativa, na qual o trabalhador não precisa se ausentar de seu posto de trabalho.

O mercado de EAD, portanto, é muito segmentado, com características próprias. A definição desse público-alvo será o ponto-chave para definir estratégias pedagógicas e escolha de mídia, por exemplo.

Segundo Chermann e Bonini (2000) é preciso detectar as necessidades de uma comunidade interna ou externa, de modo que se possa traçar objetivos de forma clara. A partir desses objetivos é que a instituição pode começar a pensar na construção do projeto pedagógico do curso.

Serão considerados itens como idade, renda, meios de locomoção, tempo disponível, nível de acesso à internet e a outras mídias mais avançadas, entre outros.

Mas, afinal, qual é o perfil do estudante a distância? Para Otto Peters, trata-se de uma clientela especial. Ela é diferente da do estudo com presença, porque, via de regra, se trata de adultos um pouco mais velhos. Os estudantes dispõem de uma experiência de vida maior. Por isso encaram seus estudos de maneira diferente, compreendem-no de outra maneira e avaliam de modo diferente. “Portanto, estamos lidando, sob vários aspectos, com um tipo especial de estudantes. As diferenças são tão grandes que comparações com estudantes do ensino presencial na verdade devem ser eliminadas de antemão.” (PETERS, 1997).

Para Peters, desses fatos resultam o problema didático fundamental. Deve-se oferecer a esses estudantes o mesmo ensino que é oferecido no ensino com presença? Ou deve-se levar em consideração sua idade mais elevada, a maior experiência de vida e experiência profissional, a situação motivadora diferente, bem como, dado o caso, sua carga duplicada ou triplicada por meio de estudo, profissão e família? Concretamente: deve-se desenvolver um programa de ensino e de aprendizagem considerando especialmente suas necessidades específicas? Dever-se-ia conceber e estabelecer um programa de estudo para adultos?

“Uma mesma compreensão da prática educativa, uma mesma metodologia de trabalho não opera necessariamente de forma idêntica em contextos diferentes. A intervenção é histórica, cultural, é política. É por isso que insisto tanto em que as experiências não podem ser transplantadas, mas reinventadas. Em outras palavras, devo descobrir, em função do meu conhecimento tão rigoroso quanto possível da realidade, como aplicar de forma diferente um mesmo princípio válido, do ponto de vista de minha opção política” FREIRE (1993, p.25).

Na hipótese de um curso de alfabetização para operários civis, realizado a distância, as concepções de ambos os autores devem ser consideradas. Diferenças entre o público do ensino presencial e o do ensino a distância, conteúdos que privilegiem a história e a cultura dos seus interlocutores, bem como a utilização de mídias apropriadas para a realidade dos alunos.

Outro aspecto a ser considerado no processo de aprendizagem do ensino a distância é a importância do diálogo como ato educativo. Freire (1970, p.93) classifica “o diálogo como uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco se tornar simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes”.

Mas como ocorre o diálogo numa modalidade em que há distância entre professor-aluno, e aluno-aluno? Peters (p.71-83) cita Moore (apud) para caracterizar o diálogo, distinguindo-o de outras interações no ensino e no estudo: “o termo diálogo sempre se reporta a interações positivas. Dá-se importância a uma solução conjunta do

problema discutido, desejando chegar a uma compreensão mais profunda dos estudantes”.

Em sua enumeração das concepções constitutivas do ensino a distância, Moore colocou o diálogo no primeiro lugar. Peters chama atenção para as suas funções didáticas: “Caso ocorram diálogos entre docentes e discentes no ensino a distância, de modo nenhum se trata apenas de ajudar os estudantes a superarem dificuldades que possivelmente possam ocorrer na elaboração de subsídios para o estudo. Isso seria uma visão instrumental e superficial. O diálogo não apenas desempenha funções auxiliares, mas, sim, é também uma forma autônoma de ensino e aprendizagem, com funções pedagógicas específicas”.

“Pois o que se expressa com o termo *diálogo* tem papel central em contextos importantes e sob outros aspectos, como interação social e comunicação”.

## 7. EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO COM O EAD

D'angelo (2004) aborda a experiência da Escola do Rádio, um projeto de Alfabetização a Distância desenvolvido pelo Instituto Paulo Freire, apoiado no rádio, por ser um meio de fácil acesso, com baixo custo e longo alcance.

“O rádio é um veículo que apresenta muitas vantagens para levar os benefícios da educação a milhões de ouvintes, considerando a extensão territorial e as dificuldades de acesso no Brasil. A iniciativa da Escola do Rádio procurou aproveitar essas facilidades e colocá-las a serviço de milhões de jovens e adultos que não sabem ler nem escrever, criando condições concretas para que possam estudar e, conseqüentemente, abrindo-lhes novas oportunidades pessoais e sociais”, aponta D'Angelo (2004, p.544).

Antes de sua efetivação, o projeto Escola do Rádio foi submetido a um programa de validação, com aplicação de um projeto piloto. Ele se realizou em Manaus, no estado do Amazonas, com a participação de oito educandos, entre 17 e 60 anos de idade, sem domínio e conhecimento em atividades de leitura, percepção e expressão escrita. A participação nas aulas, a evolução e o interesse dos educandos foram fatores importantes no processo de avaliação e formatação final do Programa.

Validado o projeto piloto em Manaus, o programa Escola do Rádio começou a ser implantado na Paraíba. Foram oito meses de trabalho, reunindo uma equipe multiprofissional. Pedagogos, educadores, especialistas em tecnologias educacionais e profissionais de comunicação trabalharam juntos, de forma integrada, a fim de conseguir um bom resultado. Reuniram rádio, livro e televisão, sem prescindir da educadora ou do educador, que passaram a ser agentes incentivadores de mudanças.

Os três primeiros meses foram dedicados à seleção e à capacitação desses educadores, à realização de matrículas e à organização da logística. Nos outros cinco, realizaram-se as aulas pelo rádio, os encontros na sala de aula e a exibição dos programas de televisão.

O curso teve cinco meses de duração, de maio a setembro de 2002, atendendo a mais de 80.000 jovens e adultos nos 212 municípios do estado da Paraíba. Foram mais de 1.000 educadores e 100 articuladores e supervisores acompanhando e avaliando permanentemente todo o processo. Graças a essas avaliações contínuas, foi possível promover intervenções necessárias no âmbito da aprendizagem da escrita, do cálculo, das ciências humanas, estimulando o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade e de outras linguagens.

Ao se matricular na Escola do Rádio, cada educando recebe, além do Livro de Estudos, um rádio a pilha, lápis, apontador, cola, tesoura, borracha, pilhas, coleção de lápis de cor e um alfabeto móvel. Esse material foi distribuído numa aula inaugural que se realiza na mesma sala onde ocorrem as aulas presenciais: em escolas públicas ou particulares, igrejas e até em fazendas, ao ar livre.

Nos variados espaços utilizados como salas de aula estão sempre presentes os princípios que orientam a prática pedagógica segundo Paulo Freire: “círculos de cultura”, onde os “alunos” são percebidos como “participantes dos grupos de discussões” e os “professores” como “coordenadores de debates”. De igual modo, a “aula” é substituída pelo “debate” ou pelo “diálogo” entre educador e educandos e o “programa” a ser cumprido são “situações existenciais” capazes de desafiar os alunos, provocando-os a assumir posições de reflexão e crítica diante das condições em que vivem.

Para tornar o ambiente atraente e propício à construção coletiva do conhecimento, a sala de aula é preparada criteriosamente: os educandos têm acesso a vários materiais impressos, como livros, revistas, jornais, folhetos e cartazes. Para facilitar a troca de idéias, a discussão de temas, o diálogo, os educandos são dispostos de maneira a possibilitar a realização de atividades coletivas. O projeto procura oferecer aos educandos um ambiente que estimule o desenvolvimento do hábito de leitura e escrita e a realização de trabalhos em equipe.

## **7.1 Etapas do processo de ensino-aprendizagem**

Num primeiro momento, o educando da Escola do Rádio acompanha os programas de rádio, que simulam um ambiente de sala de aula, com cinco personagens fixos: a professora Esperança, que desenvolve o conteúdo, orientando as atividades, e os alunos Raimundo, Nazaré, Francisco e Antônia. Os alunos do rádio interagem com a professora, fazendo perguntas, expondo idéias e relatando situações vivenciadas. Diversos recursos da linguagem radiofônica são utilizados para tornar os programas dinâmicos: músicas, histórias, narrativas, entrevistas, poemas, quadrinhas, comentários e humor incentivando o educando a ler e a compreender diferentes textos. São ao todo 42 programas, cada um com 30 minutos de duração.

Durante e após o programa, o educando realiza atividades no Livro de Estudos, dividido em dois volumes. Cada página do livro contém uma atividade. Utilizando imagens familiares aos alunos, o material didático ajuda no entendimento do que está sendo estudado em cada programa de rádio.

No final do livro, os educandos encontram um dicionário ilustrado com as principais palavras utilizadas durante os programas. O Livro de Estudos contém 42 temas, com 6 atividades em cada tema.

O Amigo de Fé entra em cena durante o estudo individual, a qualquer hora do dia. Ele tira dúvidas, ajuda nas atividades do Livro de Estudo e troca idéias com o educando da Escola do Rádio. É uma pessoa escolhida pelo aluno, com quem tem afinidade e com quem pode contar para ajudar. O Amigo Fé é exemplo de como a mobilização social é capaz de contribuir para diminuir as desigualdades. Com seu gesto de solidariedade, é portador de esperança a muitos jovens e adultos que aceitam o desafio de voltar a estudar. Eles revelam o potencial do trabalho voluntário como fator de melhoria da qualidade social.

No programa Escola do Rádio, a avaliação é diagnóstica, processual e dialógica. Ela mesma é momento de aprendizagem para todos os envolvidos no processo educativo. Ela visa também à reorientação da prática pedagógica.

A avaliação diagnóstica é entendida como um momento de compreensão da situação da aprendizagem em que os educandos se encontram a cada programa. A

avaliação contínua pressupõe que o educador reflita sobre a prática desenvolvida nas aulas presenciais, reorientando-a sempre que se fizer necessário. A avaliação processual possibilita, durante a aprendizagem, a retomada e/ou o aprofundamento dos conteúdos.

A avaliação dialógica tem por princípio o diálogo permanente entre educadores e educandos como sujeitos do processo de ensinar e aprender. Por intermédio desse processo cada um expõe suas dúvidas e também questionamentos. Os resultados da avaliação são analisados coletivamente, o que permite a superação das dificuldades apresentadas pelo educando.

## **7.2 Programa de Alfabetização Multimeios**

Com o propósito de aprofundar a experiência com a Escola do Rádio na alfabetização de jovens e adultos, com ênfase na produção de recursos tecnológicos que apoiem o professor na sua prática pedagógica e que estimulem a alfabetização através das diferentes linguagens presentes no nosso cotidiano, foi desenvolvido o Programa Alfabetização Multimeios, que compreende:

- Garantir aos jovens e adultos os conhecimentos indispensáveis à alfabetização da leitura, escrita e cálculo.
- Preparar os alunos para a continuidade de seus estudos, assegurando-lhes o acesso a outros níveis de ensino.
- Garantir aos alunos, em processo de escolarização, a aquisição de conhecimentos que lhes permitam o pleno exercício de sua cidadania.
- Favorecer o resgate da própria identidade dos alunos, a valorização de sua história pessoal e a liberação da criatividade e expressividade.
- Favorecer a socialização nos encontros presenciais, estimulando o diálogo pedagógico.
- Promover a construção coletiva do conhecimento, valorizando o saber de cada aluno.

- Possibilitar aos educandos a aprendizagem através de diferentes linguagens e meios, de forma a prepará-los e inseri-los nas exigências do mundo atual.

No Programa de Alfabetização Multimeios, os conteúdos são desenvolvidos a partir de temas contextualizados com a realidade local. Eles contribuem não só para a formação de novas aprendizagens, mas estimulam a curiosidade natural e favorecem a expressão espontânea e a criatividade do educando, isso, graças à introdução de diferentes tipos de textos: opinativo, publicitário, crônica, literário, epistolar, cordel.

No conteúdo de cada tema estão implícitos objetivos que se baseiam no princípio de que estar alfabetizado vai além da possibilidade de identificar e reproduzir palavras. É ser capaz de buscar informações necessárias à vida social e do trabalho; ter compreensão crítica da realidade; dialogar com o outro em igualdade de condições e compreender situações onde a linguagem escrita se diferencia da fala cotidiana.

Saber ler e escrever capacita a pessoa a organizar o próprio pensamento, falar ou escrever com expressividade própria e registrar memórias passadas e lembretes atuais; amplia a participação ativa em conversas e debates, além de ser um fator que ajuda a superar a timidez e a inibição.

Para apoiar o educador em sua dinâmica pedagógica, foram desenvolvidos os seguintes materiais:

**Cadernos de Estudo** - São quatro Cadernos de Estudo que compõem a coletânea de materiais, com 21 temas que apresentam os conteúdos numa proposta de integração e interdisciplinar, considerando os seguintes princípios pedagógicos:

- eixos geradores construídos a partir de temas sociais;
- superação do espontaneísmo e da mera permanência no senso comum;
- alfabetização partindo do texto;
- atividades estruturadas como situações de desafios;
- apresentação criativa, lúdica e estética do conteúdo de caráter crítico-social.

**Almanaque** - Com cerca de 100 referências, o Almanaque desperta a curiosidade e o interesse do aluno para a leitura de textos e imagens instigantes, apresentados através de artigos, crônicas, poesias, jogos e adivinhações.

**Caderno de Formação** - Para enriquecê-lo e apoiá-lo na reflexão permanente da sua prática, o educador conta com o Caderno de Formação, concebido pela equipe técnica do Instituto Paulo Freire.

**Almanaque Sonoro** - Provocações sonoras, articuladas aos temas, que enriquecem a aula, trazendo para a dinâmica pedagógica as diversas fontes de informação e expressão que circulam na sociedade. São músicas, poesias, crônicas, esquetes de humor, quadros de variedades e entrevistas, que ampliarão a discussão e permitirão o cruzamento entre temas e diferentes linguagens.

**Série Televisiva** - Programas televisivos com linguagem ficcional retratam situações do cotidiano, instigando as personagens a encontrar soluções para os desafios.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Se é possível obter água cavando o chão, se é possível enfeitar a casa, se é possível crer desta ou daquela forma, se é possível nos defender do frio ou do calor, se é possível desviar leitos de rios, fazer barragens, se é possível mudar o mundo que não fizemos, o da natureza, por que não mudar o mundo que fazemos, o da cultura, o da história, o da política?” (FREIRE, 2000).

A relação entre o processo de alfabetização de jovens e adultos e o exercício de cidadania tornou-se objeto de estudo de muitos especialistas em educação, no Brasil e no Exterior. Assim como a trajetória do operário brasileiro da construção civil, que por suas próprias origens, sintetiza as mazelas da base da pirâmide social estabelecida no Brasil.

É natural, portanto, que surjam tentativas de inserção social dos trabalhadores deste ramo de atividade, a começar pela redução do analfabetismo, em tese o primeiro passo para que o operário se torne cidadão pleno e possa exercer os seus direitos, desde os mais rudimentares, como ler jornais, placas de propaganda e destinos dos ônibus, até os mais complexos, como adquirir plena consciência da sua própria realidade e atuar pela sua transformação.

Eis aí, no entanto, o principal questionamento em relação aos programas de alfabetização nos canteiros de obra, patrocinados por empresas ansiosas em obter os seus certificados de qualidade e reduzir drasticamente a quantidade de acidentes de trabalho: até onde pode ir este processo educativo, diante da possibilidade de conscientização da massa trabalhadora?

E que tipo de ensino as construtoras se propõem a executar: aquele rotulado de “educação bancária” por Paulo Freire, onde o saber é depositado mecanicamente na mente dos alunos, ou a educação libertadora, que leva o indivíduo a questionar as relações na sociedade atual e buscar meios de alterá-la?

A pesquisa realizada na construtora Even dá uma pista sobre o modelo escolhido para a alfabetização em boa parte dos canteiros de obra de São Paulo:

muitos entrevistados almejam se tornar empreendedores, como se procurassem reproduzir a trajetória daqueles que começaram como peões e se transformaram em patrões, principalmente neste ramo de atividade. Apenas um entrevistado mostra claramente o seu objetivo de prosseguir os estudos até a universidade e formar-se em Direito. A maioria acha que a falta de leitura atrapalha principalmente a busca de empregos, não houve menção ao exercício de cidadania efetivo, sinal de que o curso trata muito pouco da realidade desses operários. Portanto, cunhar programas de alfabetização com o rótulo da cidadania só pode ser entendido como puro marketing em tempos de responsabilidade social.

Por outro lado, é preciso ressaltar o sucesso de programas que têm o empresariado e ONGs como parceiros, sob supervisão ou apoio de organizações governamentais. O Programa Alfabetizar é Construir, do Sinduscon-Rio, foi criado com apoio do Instituto Paulo Freire e Fundação Roberto Marinho, por exemplo. Surgiu no auge do neoliberalismo brasileiro; a onda passou, mas a necessidade de se buscar recursos e apoio na iniciativa privada ainda permanece e parece indicar o caminho da educação no futuro.

Mas, ao mesmo tempo, os sindicatos de trabalhadores na construção civil têm se mostrado vigilantes no processo de alfabetização de jovens e adultos. Defendem a inclusão da alfabetização nos canteiros de obra e procuram acompanhar o desempenho do curso. É outro indicativo a ser seguido por outras organizações de trabalhadores no sentido de minimizar o drama do analfabetismo.

Uma terceira via pode ser utilizada na elaboração de programas de analfabetismo libertadores no ramo da construção civil. O ensino a distância surge como excelente opção para se contrapor à alta rotatividade de empregos e transferências constantes entre canteiros de obras de uma mesma construtora. Do ponto de vista logístico, podem ser previstas aulas presenciais semanais em sindicatos de trabalhadores, em salões paroquiais ou em centros comunitários; pode-se oferecer mídias de fácil acesso pelo estudante, como vídeos e DVDs; há escolas municipais em São Paulo que operam emissoras de rádio internas, que também possibilitam a prática da dialogicidade e da interação social.

Nestas situações, a figura onipresente do patrão se dilui, favorecendo o ato educativo de qualidade, voltado para a construção efetiva da cidadania e da conscientização. Some-se a isso a disposição do governo federal e de organismos internacionais como a Unesco em banir o analfabetismo do Brasil nos próximos anos.

Portanto, a despeito dos espetaculares lances de marketing que o tema da responsabilidade social tem produzido, há solução para se buscar a cidadania dos trabalhadores por meio da educação, utilizando-se ferramentas que já estão em uso: alguma boa vontade do empresariado nacional, rearticulação de sindicatos de trabalhadores, notadamente no Nordeste, redirecionamento de entidades de serviços sociais como o SESI para a inserção social massiva, estabelecimento das ONGs como instrumentos de transformação da sociedade e aproveitamento crescente do ensino a distância como forma de se assegurar a prática educativa mesmo diante de obstáculos como localidades praticamente inacessíveis do meio rural ou de difícil locomoção nas grandes cidades.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARREYRO, Gladys Beatriz. **O “programa alfabetização solidária”: terceirização no contexto da reforma do estado**, 2006.

2. COMISSÃO da Indústria da Construção CIC FIESP/CIESP. **Construbusiness 99**. Habitação, Infra-Estrutura e Emprego. São Paulo, 1999, p.26.

3. SINDUSCON-AL; SINTRACOM-AL. **Convenção Coletiva de Trabalho**, 2006.

4. SINDUSCON-PB; SINTRACOM JOÃO PESSOA. **Convenção Coletiva de Trabalho**, 2006.

5. SINDUSCON-MG; SINTRACOM - SJ DEL REY; **Convenção Coletiva de Trabalho**, 2006.

6. SUNDUSCON-PE; SINTRACOM-PE, **Convenção Coletiva de Trabalho**, 2006.

7. SINDUSCON-RIO; SINTRACONST-RIO, **Convenção Coletiva de Trabalho**, 2005.

8. CHERMANN, Maurício, BONINI, Luci Mendes. **Educação à Distância: novas tecnologias em ambientes de aprendizagem pela Internet**, 2000.

9. CORDEIRO, Cristóvão C.C.; MACHADO, Maria I.G., **O perfil do operário da construção civil de Feira de Santana: requisitos para uma qualificação profissional**. 2002.

10. D'ANGELO, Marinete. **Experiências multimídias em alfabetização de jovens e adultos**, 2004.

11. DANYLUK, Ocsana Sonia; GOMES, Carmen H. Peixoto; MOREIRA, Magda Inês Luz. **Alfabetização de jovens e adultos: experiências vivenciadas**. 2003.

12. DIEESE, Resenha – Estudos Setoriais nº12. **Os trabalhadores e a reestruturação produtiva na construção civil brasileira**, 2000.

13. DI PIERRO, Maria Clara; GRACIANO, Mariângela. **A educação de jovens e adultos no Brasil**, 2005.

14. DOTTA, Alexandre. **Programa brasileiro de qualidade e produtividade no habitat**, 2005.

15. FERNANDES, Andréa da Paixão. **A relação trabalho e EJA na década de 1990: expectativas e perspectivas presentes nos discursos dos operários da construção civil**, 2001.

16. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 1970.

- 17.FREIRE, Paulo. **Política e Educação**, 1993.
- 18.FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**, 1979.
- 19.FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**, 2000.
- 20.FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Experimentando – roteiros para a alfabetização de operários da construção civil**,1992.
- 21.FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Pensando – roteiros para a alfabetização de operários da construção civil**,1992.
- 22.FURTADO, Quézia Vila Flor. **Educação é mudança vivendo experiências de um Fazer pedagógico**, 2005.
- 23.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, **Síntese de Educadores Sociais 2004**, 2005.
- 24.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, **Síntese de Educadores Sociais 2005**, 2006.
- 25.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, **Pesquisa anual da indústria da construção 2004**, 2005.
- 26.LEVY, Pierre, **Cibercultura**,1999.
- 27.MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, **Relação anual de informações sociais (RAIS)**, 2006.
- 28.MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, **Anuário Estatístico da Previdência Social**, 2005.
- 29.OLIVEIRA, Rosangela Cruz, **Análise da utilização pedagógica das tecnologias da informação e comunicação no curso de complementação para licenciatura na modalidade à distância no estado da Bahia**, 2003.
- 30.PETERS, Otto. **Didática do ensino a distância**, 1997.
- 31.PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE – **Subprograma Setorial de Qualidade e Produtividade** – Indústria da Construção Civil. São Paulo: ITQC, 1997.
- 32.RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coordenadora). **Educação de jovens e adultos - proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental**, 1997.
- 33.ROESLER, Jucimara (organizadora); Bittencourt, Dênia Falcão, LOCH, Márcia e WILL, Daniela Monteiro, **Administração e Planejamento em EAD**, 2006.
- 34.RODRIGUES, José dos Santos. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**, 1998.
- 35.SARTORI, Ademilde; ROESLER, Jucimara. **Educação Superior a Distância**, 2005.
- 36.SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI, **Por um Brasil alfabetizado – sistema de avaliação de competências**, 2005.

37. SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI, **Perfil do trabalhador formal brasileiro**, 2005.

38. SILVEIRA, Cristiane Aparecida; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz; WALTER, Elisabeth Valle; MARZIALE, Maria Helena Palucci. **Acidentes de trabalho na construção civil, identificados através de prontuários hospitalares**, 2005.

39. SINDUSCON-SP, **Programa construção da cidadania**, 1990.

40. SINDUSCON-SP, **Informalidade na construção civil: um jogo de soma negativa**, 2004.

41. TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**, 2005.

42. URL: [http://www.tecnisa.com.br/imprensa/noticia\\_detalhe.aspx?id=38](http://www.tecnisa.com.br/imprensa/noticia_detalhe.aspx?id=38), acessado em 20/09/2006.

43. URL: <http://www.abdl.org.br/article/view/940/1/59> acessado em 27/09/2006

44. URL: <http://www.sinduscon-pr.com.br/noticia.asp?id=335>, acessado em 20/09/2006.

45. URL: <http://www.cbicdados.com.br/constructnumeros2.asp>, acessado em 30/11/2006.

46. URL: <http://www.escoladoradio.com.br>, acessado em 26 de março de 2007.